



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – CONCURSO PÚBLICO

PROVA OBJETIVA: 18 de novembro de 2012

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: ANALISTA JURÍDICO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição, cartão-resposta e formulário de redação. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
- Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas, e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, destinado à transcrição definitiva da redação.
- Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 70 (setenta) questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, 10 de Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e 40 de Conhecimentos Específicos e Prova de Redação. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário local).
- Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 70.
- Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
- É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
- A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
- A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
- Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA e/ou do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
- O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como, o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO é o único documento considerado para a correção da sua redação.
- O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
- O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES, o CARTÃO-RESPOSTA e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO.
- Será automaticamente eliminado do Concurso Público do Ministério Público do Estado do Pará o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos nos Editais do referido concurso.

Boa Prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de **01** a **07**.

1 O JEITINHO BRASILEIRO expressa duas características. A positiva é a capacidade de
2 adaptação em diferentes situações. Isso dá ao país uma flexibilidade política e uma capacidade
3 de inovação invejáveis. O lado negativo é uma ambiguidade em relação às regras. Isso afeta o
4 sistema político e as instituições, que por vezes operam com um certo desprezo pelas regras
5 formais do jogo político.

6 Esta flexibilidade também está ligada ao “familismo amoral”, um padrão moral que
7 privilegia as relações familiares e permite um desrespeito às regras daquilo que é público. Essa
8 é a dimensão do comportamento brasileiro que mais propicia a corrupção. Percorremos um
9 importante caminho até considerar essas práticas negativas para o sistema político, mas ainda
10 não conseguimos superá-las.

11 Corrupção depende da percepção, já que quem é corrupto não o admite publicamente.
12 Não existe método para classificá-la internacionalmente. Ela varia de acordo com a liberdade de
13 imprensa e das instituições democráticas de cada país. Os índices, principalmente o da
14 Transparência Internacional, não consideram essas dimensões. Então, vemos países com
15 ótimas performances comparativas, mas sem mecanismos democráticos, como a Malásia.
16 Hoje, o Brasil está distante de aceitar uma postura de “roubo, mas faço”. Mas esse sistema
17 político se deslegitima quando a opinião pública percebe que ele não consegue tratar da
18 corrupção no seu interior.

19 O grande problema não é perceber a corrupção, mas puni-la. O combate está muito
20 concentrado no Executivo, especialmente na Polícia Federal. Já a mídia não tem um papel
21 muito claro. Ela prefere novos casos a seguir até o final os já existentes. Poderia ser mais
22 transparente, acompanhar exaustivamente toda a tramitação e exercer uma pressão maior
23 sobre o Judiciário para que as punições ocorram.

Resposta de Leonardo Avritzer ao questionamento “O jeitinho brasileiro é uma forma de corrupção?”, publicada na
Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 42, de março de 2009.

- 01.** Ao posicionar-se sobre o comportamento político no Brasil, a tese defendida pelo autor do texto é:
(A) o jeitinho brasileiro propicia a corrupção, mas permite ao país certa flexibilidade política.
(B) embora o jeitinho brasileiro permita ao país certa flexibilidade política, esse tipo de comportamento propicia a corrupção.
(C) o jeitinho brasileiro permite ao país certa flexibilidade política, apesar de esse tipo de comportamento propiciar a corrupção.
(D) mesmo que o jeitinho brasileiro propicie a corrupção, esse tipo de comportamento permite ao país certa flexibilidade política.
- 02.** No trecho “O lado negativo é uma ambiguidade em relação às regras.” (linha 3), a palavra em destaque expressa uma postura do brasileiro em relação às regras do jogo político que se pode julgar como
(A) renovada.
(B) vacilante.
(C) indiferente.
(D) hostil.
- 03.** O trecho em que o autor expressa uma avaliação positiva em relação ao comportamento político no Brasil é
(A) “Corrupção depende da percepção, já que quem é corrupto não o admite publicamente.” (linha 11).
(B) “Hoje, o Brasil está distante de aceitar uma postura de ‘roubo, mas faço’.” (linha 16).
(C) “O grande problema não é perceber a corrupção, mas puni-la.” (linha 19).
(D) “O combate está muito concentrado no Executivo, especialmente na Polícia Federal.” (linhas 19 e 20).

- 04.** Na expressão “familismo amoral”, a palavra em destaque, formada pelo sufixo “-ismo”, designa um(uma)
- (A) corrente de pensamento, tal qual a palavra “marxismo”.
 - (B) estilo artístico, tal qual a palavra “romantismo”.
 - (C) conduta ideológica, tal qual a palavra “machismo”.
 - (D) terminologia científica, tal qual a palavra “alcoolismo”.
- 05.** O período em que a ausência de um complemento nominal compromete o entendimento do texto é
- (A) “A positiva é a capacidade de adaptação em diferentes situações.” (linhas 1 e 2).
 - (B) “Isso afeta o sistema político e as instituições, que por vezes operam com um certo desprezo pelas regras formais do jogo político.” (linhas 3 a 5).
 - (C) “Os índices, principalmente o da Transparência Internacional, não consideram essas dimensões.” (linhas 13 e 14).
 - (D) “Poderia ser mais transparente, acompanhar exaustivamente toda a tramitação e exercer uma pressão maior sobre o Judiciário para que as punições ocorram.” (linhas 21 a 23).
- 06.** O período em que um pronome demonstrativo substitui, no texto, um constituinte oracional para evitar a repetição é
- (A) “Esta flexibilidade também está ligada ao “familismo amoral”, um padrão moral que privilegia as relações familiares e permite um desrespeito às regras daquilo que é público.” (linhas 6 e 7).
 - (B) “Corrupção depende da percepção, já que quem é corrupto não o admite publicamente.” (linha 11).
 - (C) “Os índices, principalmente o da Transparência Internacional, não consideram essas dimensões.” (linhas 13 e 14).
 - (D) “O grande problema não é perceber a corrupção, mas puni-la.” (linha 19).
- 07.** No trecho “Já a mídia não tem um papel muito claro. Ela prefere novos casos a seguir até o final os já existentes.” (linhas 20 e 21), o conectivo que pode ser utilizado para articular os dois períodos é
- (A) pois.
 - (B) contudo.
 - (C) portanto.
 - (D) quando.

RASCUNHO

Leia o texto abaixo para responder às questões de **08** a **10**.

Corrupcionário

- 1 Por sua natureza fugitiva, a corrupção atende por vários nomes. Engana-se quem pensa
2 que ela é jovem e brasileira. Confira abaixo um pequeno apanhado de termos ligados à
3 corrupção em outras épocas e em outros países.
- 4 **Colarinho branco** – Expressão criada pelo sociólogo norte-americano Edwin Sutherland,
5 que ganhou destaque por pesquisar delitos de pessoas de altas posições sociais. Na contramão
6 de teorias de seu tempo, Edwin desvinculou criminalidade e pobreza. Não faltaram motivos: em
7 um estudo sobre setenta grandes empresas, encontrou um total de 980 faltas perante a lei.
- 8 **Escroquerie** – O termo francês designa a utilização de meios fraudulentos para obter
9 ganhos prejudicando terceiros. Está muito ligado ao universo financeiro e é a origem da palavra
10 brasileira “escroque”, que tem significado semelhante.
- 11 **Santo Unhate** – Da pena de Gregório de Matos saíram críticas ácidas aos desmandos
12 de autoridades coloniais. O santo cujo nome vinha de “unhar”, quer dizer, roubar, foi criado para
13 denunciar o português que chegava à Colônia “saltando no cais descalço, roto e despido”, e
14 enriquecia de maneira desonesta.

Excerto extraído da Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 42, março de 2009.

- 08.** Os comentários que seguem os verbetes listados no texto “Corrupcionário” servem à
- (A) criação das palavras e expressões que se referem à corrupção.
 - (B) correção das palavras e expressões que se referem à corrupção.
 - (C) avaliação das palavras e expressões que se referem à corrupção.
 - (D) contextualização das palavras e expressões que se referem à corrupção.
- 09.** Com base no comentário que segue o verbete “Colarinho branco”, infere-se que o sociólogo Edwin Sutherland rejeita a tese de que
- (A) a pobreza seja a causa da criminalidade.
 - (B) a criminalidade seja proporcional à pobreza.
 - (C) a pobreza seja consequência da criminalidade.
 - (D) a criminalidade seja comparável à pobreza.
- 10.** O trecho em que falta uma vírgula para demarcar os limites de uma oração explicativa é
- (A) “Expressão criada pelo sociólogo norte-americano Edwin Sutherland, que ganhou destaque por pesquisar delitos de pessoas de altas posições sociais.” (linhas 4 e 5).
 - (B) “O termo francês designa a utilização de meios fraudulentos para obter ganhos prejudicando terceiros.” (linhas 8 e 9).
 - (C) “Da pena de Gregório de Matos saíram críticas ácidas aos desmandos de autoridades coloniais.” (linhas 11 e 12).
 - (D) “O santo cujo nome vinha de “unhar”, quer dizer, roubar, foi criado para denunciar o português que chegava à Colônia “saltando no cais descalço, roto e despido”, e enriquecia de maneira desonesta.” (linhas 12 a 14).

RASCUNHO

**REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ**

11. O serviço extraordinário será pago com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, não podendo exceder ao limite de _____, salvo para os servidores integrantes de categorias funcionais com horários diferenciados em legislação própria.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) 40 (quarenta) horas mensais.
- (B) 60 (sessenta) horas anuais.
- (C) 60 (sessenta) horas semestrais.
- (D) 60 (sessenta) horas mensais.

12. Ao titular de cargo para cujo exercício a lei exija habilitação correspondente à conclusão do grau universitário, a gratificação de escolaridade calculada sobre o vencimento será devida na quantia correspondente a

- (A) 80% (oitenta por cento).
- (B) 20% (vinte por cento).
- (C) 40% (quarenta por cento).
- (D) 70% (setenta por cento).

13. É vedado ao servidor:

- (A) facilitar revelação ou deixar de revelar fato de que tem ciência em razão do cargo, por alegação de que deve permanecer em sigilo.
- (B) deixar de comparecer ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias consecutivos ou alternados.
- (C) participar da gerência ou administração de associação ou sociedade subvencionada pelo Estado, inclusive as consideradas entidades comunitárias e associação profissional ou sindicato.
- (D) participar de gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil; ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

14. A contribuição previdenciária do servidor público incidirá sobre a remuneração

- (A) líquida do servidor, exceto salário-família, com a conseqüente repercussão em benefícios.
- (B) total do servidor, exceto salário-família, com a conseqüente repercussão em benefícios.
- (C) total do servidor, exceto salário-família, sem repercussão em benefícios.
- (D) total do servidor, incluindo o salário-família, com a conseqüente repercussão em benefícios.

15. As penas disciplinares serão aplicadas através de _____, no caso de demissão, destituição de cargo em comissão ou de função gratificada, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) portaria.
- (B) ato judiciário.
- (C) decreto.
- (D) processo administrativo.

16. No inquérito, o depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo,

- (A) não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
- (B) sendo uma prerrogativa da testemunha trazê-lo por escrito.
- (C) sendo obrigatório à testemunha juntá-lo por escrito ao processo.
- (D) podendo também ser entregue por escrito pela testemunha.

17. Promoção é a progressão funcional do servidor _____ a uma posição que lhe assegure maior _____, dentro da mesma categoria funcional, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, _____.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) em estágio probatório, vencimento base, cumulativamente.
- (B) estável, vencimento bruto, alternadamente.
- (C) estável, vencimento base, alternadamente.
- (D) em estágio probatório, vencimento bruto, cumulativamente.

18. No período de _____ antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou regulamento do sistema de carreira.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) pelo menos cinco meses.
- (B) quatro meses.
- (C) dois meses.
- (D) seis meses.

19. O servidor será aposentado:

- (A) compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço
- (B) por invalidez permanente, com proventos proporcionais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, ou doença grave ou incurável especificada em lei
- (C) voluntariamente aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo
- (D) compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se mulher, e aos 60 (sessenta), se homem, com proventos proporcionais ao tempo de serviço

20. Na aprovação em concurso público, caso ocorra empate de candidatos não pertencentes ao serviço público do Estado, decidir-se-á em favor do

- (A) servidor federal.
- (B) mais qualificado.
- (C) que tiver obtido maior nota na prova de títulos.
- (D) mais idoso.

RASCUNHO

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

21. Constitui órgão auxiliar do Ministério Público:

- (A) o Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) o Procurador-Geral de Justiça.
- (C) o Centro de Apoio Operacional.
- (D) os Procuradores de Justiça.

22. Constitui vedação imposta ao membro do Ministério Público:

- (A) o exercício da função do magistério, independente de prévia autorização, já que referido acúmulo de atividades constitui prerrogativa constitucional.
- (B) as funções não remuneradas exercidas em curso ou escola mantidas por associação de classe ou fundações a ela vinculadas estatutariamente.
- (C) as atividades exercidas em entidades de representação de classe.
- (D) o exercício da função do magistério, desde que autorizado pelo Conselho Superior, conforme seu Regimento Interno.

23. São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para garantia de _____, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de férias e licenças previstas em Lei Complementar.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) irredutibilidade de subsídios.
- (B) inamovibilidade.
- (C) vitaliciedade.
- (D) promoção por merecimento.

24. Após cada _____ ininterrupto de efetivo exercício, o membro do Ministério Público fará jus à licença-prêmio de _____, sem prejuízo do subsídio.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) triênio, sessenta dias.
- (B) triênio, trinta dias.
- (C) quinquênio, trinta dias.
- (D) quinquênio, sessenta dias.

25. Sobre a remoção voluntária, é correto afirmar que

- (A) as vagas decorrentes desse tipo de remoção poderão ser objeto de novo concurso.
- (B) dar-se-á remoção voluntária a candidato que tiver sido promovido ou removido há menos de seis meses.
- (C) essa remoção se dará sempre de um para outro cargo de igual entrância ou categoria.
- (D) dar-se-á remoção por antiguidade ao membro do Ministério Público que tiver sido removido por permuta nos últimos vinte e quatro meses.

26. Sobre o Colégio de Procuradores de Justiça, é correto afirmar que

- (A) poderá instituir comissões temáticas, permanentes ou temporárias, compostas por cinco de seus membros, sob a presidência do mais antigo deles na carreira do Ministério Público.
- (B) reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por iniciativa de um terço de seus membros.
- (C) suas sessões instalam-se com a presença da maioria relativa de seus membros, não considerados, para o efeito de quorum, os que estiverem em gozo de férias, licença, ou, por qualquer outro motivo, afastados das funções ou da carreira.
- (D) em cada exercício, a falta injustificada do Procurador de Justiça a três sessões consecutivas ou a cinco sessões alternadas, incluindo as solenes, importa na suspensão automática de suas atribuições perante o colegiado pelo período de trinta dias.

27. A prescrição da punibilidade da infração disciplinar ocorre

- (A) em cinco anos, se a infração não for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em dois anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.
- (B) em dois anos, se a infração não for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em cinco anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.
- (C) em dois anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em cinco anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.
- (D) em dois anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em cinco anos, se a infração não for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.

28. Constitui procedimento disciplinar preliminar (PDP) a sindicância, de caráter _____, instaurada mediante _____, quando o ato ou fato a ser apurado for, de início, indeterminado, _____.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) investigatório, portaria do Corregedor-Geral do Ministério Público, ou quando deles tomar conhecimento oficiosamente.
- (B) investigatório, portaria do Corregedor-Geral do Ministério Público, sendo vedado o conhecimento oficioso do processo.
- (C) investigatório, denúncia de qualquer promotor de justiça do Ministério Público, sendo vedado o conhecimento oficioso do processo.
- (D) investigatório, resolução do Colégio de Procuradores do Ministério Público, ou quando deles tomar conhecimento oficiosamente.

29. O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo _____ dentre os integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça com mais de _____ anos de idade, mediante lista tríplice elaborada na forma de Lei Complementar para mandato de _____, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) Chefe do poder executivo, trinta e cinco, um ano.
- (B) Chefe do poder executivo, vinte e um, dois anos.
- (C) Chefe do poder executivo, trinta e cinco, dois anos.
- (D) Chefe do poder executivo, sessenta, um ano.

30. O(A) _____, órgão da Administração Superior e de Execução do Ministério Público, é constituído pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros _____, e por mais um sexto dos Procuradores de Justiça, como membros _____.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) Conselho Superior, efetivos, natos.
- (B) Corregedoria-Geral do Ministério Público, efetivos, natos.
- (C) Corregedoria-Geral do Ministério Público, natos, efetivos.
- (D) Conselho Superior, natos, efetivos.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. São impostos Municipais:

- (A) IPTU, ISS, ITBI.
- (B) ICMS, ISS, TLPL.
- (C) TLPL, IPI, ICMS.
- (D) IPTU, TLPL, ISS.

32. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem

- (A) ato normativo que o estabeleça.
- (B) decreto que o estabeleça.
- (C) lei que o estabeleça.
- (D) lei complementar que o estabeleça.

33. O limite da remuneração dos ocupantes de cargos públicos municipais é o valor do subsídio do

- (A) Presidente da República.
- (B) Ministro do STF.
- (C) Governador do Estado.
- (D) Prefeito Municipal.

34. É possível a acumulação remunerada, quando houver compatibilidade de horários, de

- (A) dois cargos técnicos ou científicos.
- (B) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissão regulamentada.
- (C) dois cargos de nível médio.
- (D) um cargo de nível médio e um cargo de professor.

35. A respeito da Sociedade de Economia Mista, é correto afirmar que

- (A) possui natureza jurídica de direito público.
- (B) é constituída por capital exclusivamente público.
- (C) possui natureza jurídica de direito privado.
- (D) possui capital exclusivamente privado.

36. Podem propor Ação Declaratória de Constitucionalidade:

- (A) Presidente da República, Governador do Estado, Mesa da Câmara e do Senado Federal, Procurador-Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (B) Presidente da República, Governador do Estado, Prefeito das Capitais, Mesa da Câmara e do Senado Federal, Procurador-Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (C) Presidente da República, Governador do Estado ou do Distrito Federal, Mesa da Câmara e do Senado Federal, Mesa da Assembléia Legislativa ou Câmara legislativa do Distrito Federal, Procurador-Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (D) Presidente da República, Governador do Estado, Mesa da Câmara e do Senado Federal, Procurador-Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, federação sindical ou entidade de classe.

- 37.** Sobre o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, é correto afirmar:
- (A) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 - (B) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, percebendo o subsídio deste.
 - (C) Investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo, emprego ou função, percebendo o subsídio deste.
 - (D) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- 38.** É vedado à União Federal:
- (A) Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
 - (B) Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
 - (C) Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
 - (D) Tributar a renda da dívida pública dos Estados, e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- 39.** Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes cometidos contra o(a)
- (A) Presidente da República.
 - (B) vida ou a liberdade do Presidente da República.
 - (C) administração pública.
 - (D) Presidente e o Vice-Presidente da República.
- 40.** Sobre crime, é correto afirmar:
- (A) Diz-se crime tentado, quando, iniciada a execução, esta não se consuma por arrependimento do agente.
 - (B) Caracteriza arrependimento posterior quando o agente voluntariamente desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.
 - (C) Diz-se crime tentado, quando, iniciada a execução, esta não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
 - (D) Diz-se crime tentado, quando nele se reúnem quase todos os elementos de sua definição legal.
- 41.** Ocorre exclusão de ilicitude quando o crime é praticado
- (A) por menor de 18 anos.
 - (B) sobre forte emoção ou paixão.
 - (C) sobre os efeitos de comprovada embriaguez.
 - (D) pelo agente em estado de necessidade.
- 42.** Ocorre o crime de peculato quando o servidor público
- (A) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.
 - (B) falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro.
 - (C) falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.
 - (D) apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

- 43.** Ocorre o crime de denunciação caluniosa quando o agente
- (A) provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.
 - (B) der causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
 - (C) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.
 - (D) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.
- 44.** São condições da Ação:
- (A) capacidade processual, legitimidade das partes e interesse processual.
 - (B) possibilidade jurídica, capacidade processual e interesse processual.
 - (C) possibilidade jurídica, legitimação das partes e interesse processual.
 - (D) capacidade processual, regularidade procedimental e juízo correto.
- 45.** É causa de extinção do processo com resolução do mérito:
- (A) convenção de arbitragem.
 - (B) quando ocorrer confusão entre autor e réu.
 - (C) quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
 - (D) quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- 46.** É admissível o chamamento ao processo
- (A) daquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
 - (B) do proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.
 - (C) do devedor, na ação em que o fiador for réu.
 - (D) de quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu.
- 47.** Há litisconsórcio necessário quando
- (A) entre duas ou mais pessoas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
 - (B) entre duas ou mais pessoas os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito.
 - (C) entre duas ou mais pessoas houver afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
 - (D) quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- 48.** No processo civil, o pedido será alternativo quando
- (A) pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
 - (B) nas ações universais, se não puder o autor individualizar na petição os bens demandados.
 - (C) não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito.
 - (D) a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- 49.** No processo civil, rito ordinário, o prazo para o oferecimento das exceções é de
- (A) 10 (dez) dias, contado do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
 - (B) 15 (quinze) dias, contado do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
 - (C) 20 (vinte) dias, contado do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
 - (D) 5 (cinco) dias, contado do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.

- 50.** Ocorre sentença citra petita quando esta
- (A) aprecia todos os pedidos da lide.
 - (B) profere decisão além dos pedidos formulados.
 - (C) profere decisão aquém dos pedidos formulados.
 - (D) profere decisão fora dos pedidos formulados.
- 51.** O prazo para a fazenda pública responder a apelação contra sentença em processo cautelar é de
- (A) 5 (cinco) dias.
 - (B) 10 (dez) dias.
 - (C) 15 (quinze) dias.
 - (D) 30 (trinta) dias.
- 52.** Quando o mandado de segurança é impetrado por telegrama, o prazo para apresentação do texto original da petição é de
- (A) 10 (dez) dias seguintes a impetração.
 - (B) 5 (cinco) dias úteis seguintes a impetração.
 - (C) 15 (quinze) dias seguintes a impetração.
 - (D) 30 (trinta) dias úteis seguintes a impetração.
- 53.** O prazo para contestar a ação popular é de
- (A) 15 (quinze) dias.
 - (B) 20 (vinte) dias.
 - (C) 20 (vinte) dias, prorrogável por mais 20 (vinte) dias a requerimento do interessado.
 - (D) 30 (trinta) dias.
- 54.** Salvo disposição em contrário, a lei entra em vigor
- (A) 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.
 - (B) 90 (noventa) dias após sua publicação.
 - (C) Na data de sua publicação.
 - (D) 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.
- 55.** Assinale a correta ordem hierárquica das leis no direito constitucional brasileiro.
- (A) Norma Constitucional, leis complementares, leis ordinárias, lei delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções.
 - (B) Norma Constitucional, leis complementares, leis ordinárias, lei delegadas, medidas provisórias, decretos, resoluções.
 - (C) Norma Constitucional, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções.
 - (D) Norma Constitucional, leis complementares, leis ordinárias, lei delegadas, medidas provisórias, resoluções, decretos legislativos.
- 56.** Possuem personalidade jurídica de direito público interno:
- (A) União, Estados, sociedades de economia mista.
 - (B) Municípios, Distrito Federal, autarquias, inclusive as associações públicas.
 - (C) Estados, Municípios, empresas públicas.
 - (D) Empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias.
- 57.** A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) Atos de império são aqueles que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas, com vistas a decisão de mérito pela autoridade competente.
 - (B) Atos de expediente são aqueles que a administração pratica sem usar a sua supremacia sobre os destinatários, como ocorre nos atos de pura administração dos bens e serviços públicos.
 - (C) Atos de expediente são aqueles que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas, com vistas a decisão de mérito pela autoridade competente.
 - (D) Atos de gestão são aqueles que a administração pratica usando sua supremacia sobre o administrado ou servidor e lhes impõe obrigatório atendimento.

58. É nulo o casamento

- (A) do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.
- (B) do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
- (C) de quem não completou a idade mínima para casar.
- (D) contraído por infringência de impedimento, podendo ser promovida a nulidade mediante ação direta, por qualquer interessado ou pelo Ministério Público.

59. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de

- (A) 80 (oitenta) anos.
- (B) 70 (setenta) anos.
- (C) 75 (setenta e cinco) anos.
- (D) 65 (sessenta e cinco) anos.

60. A respeito dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- (B) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- (C) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem a sua qualificação na forma em que a lei determinar.
- (D) O uso comum dos bens públicos será sempre gratuito.

61. Segundo a Lei n.º 8.069, de 13/07/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a colocação da criança ou adolescente em família substituta

- (A) não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização do conselho tutelar.
- (B) admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais desde que previamente autorizada pelo conselho tutelar.
- (C) não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.
- (D) admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

62. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em

- (A) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (B) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (C) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (D) quarenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

63. A prescrição da ação civil pública para caracterização e aplicação de penas por improbidade administrativa ocorre em

- (A) cinco anos, contados da data do ato ou fato questionado.
- (B) oito anos, contados do ato ou fato questionado.
- (C) oito anos após o término do exercício de mandato de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (D) cinco anos após o término do exercício de mandato de cargo em comissão ou de função de confiança.

64. O prazo para recurso contra a sentença proferida pelo Juizado Especial Cível é de

- (A) cinco dias.
- (B) dez dias.
- (C) quinze dias.
- (D) vinte dias.

- 65.** Para os efeitos da Lei nº. 11.340, de 07/08/2006, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial
- (A) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos exclusivamente por laços naturais.
 - (B) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, ficando excluídas as esporadicamente agregadas.
 - (C) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor coabite ou tenha coabitado com a ofendida.
 - (D) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.
- 66.** Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas quando obrigado por lei ou mandado, sujeita o infrator a pena de detenção de seis meses a
- (A) dois anos, mais multa.
 - (B) três anos, mais multa.
 - (C) dois anos.
 - (D) três anos.
- 67.** Os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e têm, dentre outras, a prerrogativa de vitaliciedade após
- (A) dois anos de exercício.
 - (B) um ano de exercício.
 - (C) quatro anos de exercício.
 - (D) três anos de exercício.
- 68.** Compete privativamente à Câmara dos Deputados
- (A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
 - (B) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
 - (C) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
 - (D) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- 69.** De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, são considerados órgãos de administração superior do Ministério Público:
- (A) o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
 - (B) a Corregedoria-Geral do Ministério Público, o Procurador-Geral de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
 - (C) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
 - (D) a Corregedoria-Geral do Ministério Público, as Procuradorias de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
- 70.** O membro vitalício do Ministério Público entre outras hipóteses somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, por abandono do cargo por prazo superior a
- (A) trinta dias corridos.
 - (B) trinta dias alternados.
 - (C) sessenta dias corridos.
 - (D) sessenta dias alternados.

PROVA DE REDAÇÃO

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável continua atual. De um lado, há aqueles que acreditam que o desenvolvimento sustentável é capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer o futuro das novas gerações. De outro lado, estão aqueles que, apoiados nas tensões provocadas nos ecossistemas pelo crescimento econômico, opõem-se à ideia de sustentabilidade.

Com base nos conhecimentos de sua área de formação, escreva um texto dissertativo, em norma padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

**Desenvolvimento sustentável:
crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental,
uma conjugação possível?**

ORIENTAÇÕES GERAIS

- * O tema sugerido para Redação está relacionado à sua área de estudos. Você deve desenvolvê-lo segundo as orientações dadas no comando.
- * Sua redação deve ter no mínimo 30 (trinta) e no máximo 50 (cinquenta) linhas.
- * Textos em versos e textos escritos a lápis serão desconsiderados.
- * No BOLETIM há espaço para rascunho. No entanto, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, transcrito no FORMULÁRIO fornecido especificamente para esse fim. Em nenhuma hipótese o rascunho será considerado.

ATENÇÃO: SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES RELATIVAS AO TEMA, SUA REDAÇÃO SERÁ **ANULADA**.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

RASCUNHO